

## APRESENTAÇÃO

Apresentamos, neste número da *Perspectiva*, um dossiê sobre **Trabalho, Movimentos Sociais e Educação**, organizado pelas professoras Célia Regina Vendramini e Sonia Maria Rummert. Os artigos que compõem o dossiê foram apresentados no Seminário “Trabalho, Movimentos Sociais e Educação” e no II Seminário Luso-Brasileiro “Educação Popular e Movimentos Sociais”, realizado na Universidade Federal de Santa Catarina, em novembro de 2007.

O conteúdo do dossiê apresenta o debate num campo de estudos que tem sofrido grandes e profundas mudanças, as quais requerem análises no campo teórico e no campo empírico, com base na articulação de diferentes realidades educacionais e sociais. Tais realidades, pela sua complexidade e por suas contradições, bem como por suas formas diversas de manifestação e de sujeitos envolvidos, têm desafiado os estudos e imposto a necessidade de avanços na produção do conhecimento, para os quais pretendemos que o presente dossiê venha a concorrer.

O primeiro artigo de Rui Canário, **Movimentos Sociais e Educação Popular. Lutas nas empresas, em Portugal, após o 25 de Abril**, coloca em evidência o potencial educativo do movimento grevista operário, bem como o papel e a natureza do Estado nesse processo. Com base na análise de alguns casos singulares de movimentos grevistas nas empresas, os quais assumem o caráter de movimento político ao subverterem as relações de poder no interior das empresas, o autor contribui para a elucidação teórica da relação entre educação e emancipação social. Contribui ainda para desfazer a ilusão de que a emancipação social poderia ser assegurada por políticas e práticas educativas oriundas da esfera do Estado.

No segundo artigo, **Educação popular: um projeto coletivo dos Movimentos Sociais Populares**, Marlene Ribeiro identifica a educação do campo reivindicada pelos movimentos sociais populares e os experimentos pedagógicos que realizam, com a educação popular. Observa que os termos educação e popular são carregados de sentidos contraditórios que expressam a realidade social atravessada pelos antagonismos próprios das classes sociais na sociedade capitalista. Contribui, assim, para o aprofundamento teórico acerca da educação popular e da educação do

campo, com base nas experiências pedagógicas dos movimentos sociais populares do campo.

Três textos apresentam reflexões sobre formação de trabalhadores, cooperativas, autogestão e trabalho coletivo. Lia Tiriba propõe o debate no campo conceitual. Seu texto **Cultura do trabalho, autogestão e formação de trabalhadores associados na produção: questões de pesquisa**, reflete, à luz do materialismo histórico, sobre as categorias “produção associada”, “autogestão” e “cultura do trabalho”, com o objetivo de buscar subsídios teórico-metodológicos que contribuam para refletir sobre as dimensões educativas dos processos de trabalho sob controle dos trabalhadores. Vê na produção associada uma “escola” que pode contribuir não apenas para driblar o desemprego e outras contradições entre capital e trabalho, mas para que a classe trabalhadora descubra que o capitalismo não é um sistema inexorável.

Na mesma linha, Maria Clara Bueno Fischer contribui no seu texto **O trabalhador no centro de propostas de pesquisa-formação para o trabalho associado**, com a análise e a elaboração de pressupostos teórico-metodológicos de projetos de formação direcionados aos sujeitos envolvidos em experiências de trabalho associado. Analisa particularmente o potencial de dois referenciais: a Ergologia e os estudos sobre Biografias Formadoras, os quais se complementam na valorização do papel ativo dos sujeitos trabalhadores na produção de saberes sobre e no trabalho.

No texto **A relação entre trabalho, cooperação e educação nas pesquisas sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**, Célia Regina Vendramini faz uma análise sobre a produção acadêmica a respeito do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, em especial sobre as pesquisas que abordam a relação trabalho, cooperação e educação. Observa que há diferentes concepções teórico-metodológicas na orientação dos trabalhos, que sustentam explicações diferenciadas para os limites e possibilidades das cooperativas construídas nos assentamentos rurais. Entretanto, demonstra haver consenso entre os pesquisadores sobre o fato de não ser possível construir alternativas individualmente. Evidencia-se, assim, que o coletivo continua sendo superior.

Os últimos quatro trabalhos seguintes analisam, a partir de diferentes perspectivas, iniciativas tomadas no âmbito da educação dos jovens e dos adultos da classe trabalhadora por diferentes sujeitos sociais. O primeiro,

**Cursos pré-vestibulares populares: limites e perspectivas**, de autoria de Nadir Zago, procura apreender as potencialidades da organização dos jovens, a partir da demanda pelo acesso ao ensino superior derivada do complexo processo de reestruturação do mundo do trabalho, da cada vez mais crescente urbanização e da expansão, embora ainda incipiente, do acesso ao Ensino Médio. Para tanto, a autora analisa a experiência de cursos pré-vestibulares comunitários ou populares, tratando da composição social de seu público e de seu projeto pedagógico, tomando como objeto específico de seu estudo o pré-vestibular Cidadania, da cidade de Florianópolis, em Santa Catarina.

As políticas do governo federal voltadas para a educação dos jovens e adultos da classe trabalhadora, no Brasil, são abordadas por Sonia Maria Rummert no texto **Educação de jovens e adultos trabalhadores no Brasil atual: do simulacro à emancipação**. Nele, a autora procura desvelar, a partir de considerações sobre a atual divisão social do trabalho, o que a aparente democratização das oportunidades educacionais obscurece. Para tanto, são abordados alguns dos principais condicionantes socioeconômicos das atuais ações governamentais, bem como as relações que os chamados movimentos sociais “tradicionais” e os “novos movimentos sociais” estabelecem com essas políticas, o que remete à necessária reflexão sobre a categoria emancipação.

O trabalho de Natália Alves, **Políticas de educação-formação para jovens: tensões e contradições**, analisa a Iniciativa Novas Oportunidades, considerado como o programa mais emblemático no campo da educação/formação de jovens e adultos implementado em Portugal, na atualidade. O estudo trata, particularmente, das ações destinadas aos jovens, demonstrando sua subordinação aos objetivos da União Européia, tal como estabelecidos em 2002. Para a autora, a opção por uma formação estreitamente vinculada às demandas de mercado, deriva da adesão à idéia de que a educação constitui o fator decisivo para o crescimento econômico, a ampliação das ofertas de emprego e a garantia de construção da coesão social. Tal opção político-econômica não considera que o Estado assume um papel seletivo das oportunidades, que se afastam da perspectiva efetivamente democrática, produzindo “formas *doce*s de exclusão escolar”.

No texto **A creditação das aprendizagens pela experiência no acesso ao ensino superior: o caso dos *Maiores de 23* na Universidade**

**de Lisboa**, Belmiro Gil Cabrito analisa o processo de Reconhecimento, Certificação e Validação de Competências (RVCC), em Portugal, com descrição e análise detalhadas de sua implementação na Universidade de Lisboa. É ressaltado, também, que o referido processo coaduna-se com as recomendações da União Européia, as quais impõem a implementação de várias medidas de qualificação, entre as quais se destaca o RVCC, o qual apresenta metas bastante ambiciosas, pretendendo qualificar, até 2010, cerca de um milhão de trabalhadores, no país.

Além dos artigos, apresentamos a Conferência da historiadora Marly de Almeida Gomes Vianna, intitulada **A preocupação do movimento operário com a educação**, proferida no Seminário “Trabalho, Movimentos Sociais e Educação” e no II Seminário Luso-Brasileiro “Educação Popular e Movimentos Sociais”, realizado na Universidade Federal de Santa Catarina, em novembro de 2007. Marly apresenta movimentos sociais ocorridos no Brasil, conceitua-os, tipifica-os e analisa seus programas e suas motivações de luta, com o objetivo de identificar suas preocupações com a educação. Privilegia o movimento operário, com destaque para os anarquistas, os quais deram maior atenção à educação, tanto nos seus programas quanto na materialização das propostas. A autora não acredita que a educação irá, por si só, transformar o mundo, mas não se satisfaz em aguardar pelo advento do novo para travar uma luta em prol de mudanças no conteúdo e nas formas da educação, na sua articulação com os movimentos sociais.

Compõe ainda o Dossiê uma entrevista com Álvaro Santin, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), concedida à Célia Regina Vendramini e à Sonia Maria Rummert. Na entrevista, Álvaro avalia os desafios da atualidade para o Movimento, em termos políticos, econômicos e educacionais. O MST, em Santa Catarina, conta com aproximadamente 6.000 famílias assentadas e em torno de 800 famílias acampadas; em nível nacional, são 350.000 famílias. O número de famílias sem-terra acampadas é a expressão da atroz desigualdade social deste país, que se assenta na propriedade privada da terra, dos meios de produção, da ciência e tecnologia, enfim, da riqueza na sua totalidade.

Os temas abordados nos artigos, na conferência e na entrevista aqui reunidos convergem para questões candentes acerca da educação da classe trabalhadora, a qual é historicamente atravessada por diferentes expressões da destituição de direitos e pelos simulacros de democratização do acesso

ao conhecimento científico e tecnológico. Ao apresentá-los, pretendemos oferecer aos leitores a oportunidade de cotejar duas realidades que, embora distintas em muitos aspectos, dadas as suas particularidades, nos trazem possibilidades de identificar como as marcas da lógica que preside – em nível mundial – a atual organização socioeconômica faz com que as problemáticas do campo educacional se apresentem convergentes. Tais convergências constituem, na realidade, expressões de uma constante: a desigualdade estrutural inerente ao modo de produção capitalista que não será superada a não ser pela intensa luta coletiva dos trabalhadores.

Desejamos aos leitores uma apropriação fecunda e rica das reflexões aqui reunidas que aponte para novos e necessários questionamentos. Aos autores, agradecemos o empenho em colaborar para a divulgação do trabalho que o grupo de pesquisa constituído no âmbito de um trabalho de cooperação acadêmica entre Brasil e Portugal, atualmente apoiado pela CAPES – Brasil e pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia – Portugal, vem desenvolvendo nos últimos anos.

Florianópolis, 10 de junho de 2008

Célia Regina Vendramini

Sonia Maria Rummert